



**Prefeitura Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

OF. GAB/753

Vitória, 16 de novembro de 2023

Senhor

Leandro Piquet Azeredo Bastos

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Assunto: Sanção

Senhor Presidente,

Sancionei na Lei nº 9.995, o Autógrafo de Lei nº 11.693/2023, referente ao Projeto de Lei nº 081/2022, de autoria do Vereador Luiz Paulo Amorim.

Atenciosamente,

Lorenzo Pazolini  
Prefeito Municipal

Ref.proc.7858190/2023

Ref.proc.6367/2022 - CMV/DEL

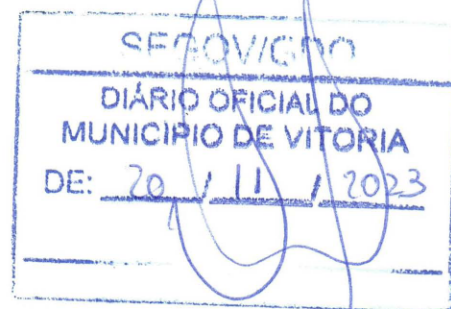


O documento foi adicionado eletronicamente por VINICIOS CAMPOS DE OLIVEIRA, CPF: \*\*\*.02.237-\*\* em 20/11/2023 17:02:51. Para verificar a autenticidade do documento, vá ao site <https://protocolo.vitoria.es.gov.br/validacao/> e utilize o código abaixo: 7E36C51B-00CC-4954-96F0-FBEE1196E066





Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo



## LEI N° 9.995

Dispõe sobre a obrigatoriedade de captação, utilização e aproveitamento da água pluvial nos novos prédios públicos do Município de Vitória/ES e dá outras providências.

**Art. 1º.** Para as novas construções de prédios públicos executados pela Administração Pública Municipal, os projetos arquitetônicos deverão contemplar obrigatoriamente a captação, armazenagem, aproveitamento e utilização de água pluvial.

Parágrafo único. Os prédios públicos que passarem por reforma a partir da data em vigor desta lei, também estarão obrigados, nos termos do caput.

**Art. 2º.** A construção do sistema de captação deverá respeitar e atender a Norma Brasileira (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da fiscalização Sanitária do Município de Vitória.

**Art. 3º.** Toda edificação de prédios públicos com área superficial igual ou superior a 70m<sup>2</sup> (setenta metros quadrado), deverão ser projetados e executados com sistema de captação, armazenagem, aproveitamento e utilização de água pluvial.

**Art. 4º.** Os editais de licitação de obras de prédios públicos exigirão a obrigatoriedade de construção de sistema de captação da água pluvial.

**Art. 5º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar esta Lei no que for cabível.

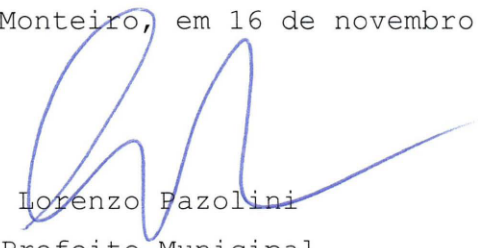


Parágrafo único. A regulamentação estabelecerá os requisitos necessários à instalação e ao dimensionamento dos equipamentos destinados à conservação, ao uso racional e ao reaproveitamento das águas pluviais.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 16 de novembro de 2023



Lorenzo Pazolini  
Prefeito Municipal

Ref.Proc. 7858190/2023



O documento foi adicionado eletronicamente por VINICIOS CAMPOS DE OLIVEIRA, CPF: \*\*\*.02.237-\*\* em 20/11/2023 17:07:36. Para verificar a autenticidade do documento, vá ao site <https://protocolo.vitoria.es.gov.br/validacao/> e utilize o código abaixo: 5B0C4FDB-BCC7-4E86-8EAA-4AB5DD4A3824

